



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**JOSÉ RICARDO DOS SANTOS NOLÊTO**

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO ASSENTAMENTO P.A COSTA RICA EM  
WANDERLÂNDIA – TO

Wanderlândia/TO  
2022

# **JOSÉ RICARDO DOS SANTOS NOLÊTO**

## **ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO ASSENTAMENTO P.A COSTA RICA EM WANDERLÂNDIA – TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Araguaína, junto ao curso de Licenciatura Plena em Geografia como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Dr. Alberto Pereira Lopes

Araguaína/TO  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

N791a NOLÊTO, JOSÉ RICARDO DOS SANTOS .

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO ASSENTAMENTO P A COSTA RICA EM WANDERLÂNDIA – TO. / JOSÉ RICARDO DOS SANTOS NOLÊTO. – Araguaína, TO, 2022.

40 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Geografia, 2022.

Orientador: Alberto Pereira Lopes

1. Geografia. 2. Assentamento rural. 3. Reforma agrária. 4. Agricultura familiar. I. Título

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

JOSÉ RICARDO DOS SANTOS NOLÊTO

## ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO ASSENTAMENTO P.A COSTA RICA EM WANDERLÂNDIA – TO

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína, Curso de Geografia para obtenção do título de Licenciatura e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 22 / 06 / 2022

Banca Examinadora

Alberto Pereira Lopes

---

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes - Orientador

Alisson Almeida dos Santos

---

Prof. Msc. Alisson Almeida dos Santos, Membro

Araguaína-TO, 2022

*Dedico este trabalho aos meus pais, minha  
família e esposa, que me incentivaram até  
aqui, sempre me apoiando, vocês foram e  
sempre serão o meu motivo para vencer a  
cada dia.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me guiado até aqui, por encontrar nele forças para continuar em meio às dificuldades, ele que é o meu amparo e fortaleza desde o início da graduação até os dias atuais. Sou grato também à universidade por ser a instituição possibilitadora para essa formação, por todo amparo e dedicação para ofertar um ensino e formação de qualidade.

Faço aqui meus agradecimentos ao meu professor orientador, que já me orientava e incentivava para a pesquisa desde o início da graduação, me mostrando todos os pontos positivos da pesquisa científica, sendo para mim um exemplo de profissionalismo que vai além dos muros da instituição, sendo capaz de compreender as particularidades dos alunos, e trabalhar as mesmas para melhoria. Obrigado meu orientador por me guiar em minha pesquisa, mas também por me inspirar e colaborar para formação da minha identidade docente.

Gratifico também aos professores que durante essa trajetória fizeram parte da minha formação, a cada ensinamento, a cada conteúdo ministrado, a cada contribuição para a construção da minha identidade docente, obrigado a todos os professores que foram pilares da minha formação.

Agradeço a minha família, aos meus pais, que fizeram tudo que podiam para que eu pudesse chegar até aqui, sem medir esforços, me motivando nos altos e baixos, me aconselhando a continuar quando nos momentos de crise senti vontade de desistir. Essa pequena conquista de muitas outras que ainda virão é para vocês, obrigado por ser a minha rocha.

Gratifico também a minha esposa, que esteve comigo em toda a jornada da graduação, sendo minha parceira, me ajudando nas lutas diárias, na rotina de um universitário, me impulsionada sempre a sonhar alto, me convencendo que é possível alcançar qualquer coisa, quando se busca com dedicação e foco, obrigada meu amor por tudo. Sou grato também aos amigos e colegas que acreditaram em mim, no meu potencial e capacidade, a todos que torceram pelo meu sucesso, que professaram em algum momento palavras de incentivo e não de derrotismo, obrigado caros amigos e colegas por contribuírem para esse momento.

## RESUMO

O presente trabalho evidencia a importância das atividades agropecuárias contidas no assentamento rural P.A Costa Rica na cidade de Wanderlândia-TO, na perspectiva de construção de qualidade de vidas das famílias assentadas, além dos benefícios evidentes para o município provindos das atividades. Esta pesquisa apresenta a trajetória das famílias assentadas, suas origens, os primeiros momentos na terra até os dias atuais, revelando as lutas travadas para conquista da terra como é atualmente, apontando o modelo de produção presente no assentamento e o perfil das famílias residentes. O objetivo do trabalho é compreender a importância das atividades agropecuárias no assentamento P.A Costa Rica no município e seus aspectos produtivos, sociais, culturais na dinâmica do processo de qualidade de vida das famílias assentadas. O estudo é desenvolvido através de pesquisas qualitativas e de campo, baseando-se nos relatos de vida dos moradores e trabalhos publicados em relação às questões do campo brasileiro. Nesse sentido, o assentamento é uma realidade necessária para aqueles que precisam ter sua renda, o sustento familiar. O exemplo são as atividades agropecuárias realizadas no P.A Costa Rica que possibilitaram uma melhoria de vida para as famílias assentadas, sendo contribuição para o município desenvolvendo geração de empregos, e cooperando para uma qualidade alimentar local.

**Palavras-chaves:** Assentamento rural, Luta pela terra, Agricultura familiar.

## ABSTRACT

The present work highlights the importance of agricultural activities contained in the rural settlement P.A Costa Rica in the city of Wanderlândia-TO, from the perspective of building quality of life for settled families, in addition to the evident benefits for the municipality from the activities. This research presents the trajectory of the settled families, their origins, the first moments on the land until the present day, revealing the struggles fought to conquer the land as it is currently, pointing out the production model present in the settlement and the profile of the resident families. The objective of our work is to understand the importance of agricultural activities in the P.A Costa Rica settlement in the municipality and its productive, social, cultural aspects in the dynamics of the quality of life process of settled families. The study is developed through qualitative and field research, based on the life reports of residents and published works in relation to issues of the Brazilian countryside. In this sense, the settlement is a necessary reality for those who need to have their income and family support. An example is the agricultural activities carried out in P.A Costa Rica that made it possible to improve the lives of the settled families, thus contributing to the municipality by generating jobs, cooperating for a local food quality.

**Key-words:** Rural settlement, Struggle for land, Family farming.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dada de conflitos no campo	22
Figura 2 - Mapa da localização do assentamento P.A Costa Rica	26
Figura 3 – Plantação de melancia	31
Figura 4 – Roça de milho	32
Figura 5 – Roça de abacaxi	33
Figura 6 – Roça de Feijão	34
Figura 7 – Criação de porcos caipira	35
Figura 8 – Feira Municipal de Wanderlândia - TO	37
Figura 9 – Produtora rural do P.A Costa Rica	38

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Meio de obtenção de Terra do P.A Costa Rica	23
Tabela 2 - Comércio local e o acesso a produtos saudáveis	36

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. A IMPORTÂNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS PARA AS FAMÍLIAS SEM TERRA .....</b>	<b>15</b>
2.1 A reforma agrária e a importância para os trabalhadores .....	15
2.2 A criação dos assentamentos rurais como território de vida.....	17
2.3 O Desafio de permanência nos assentamentos .....	20
<b>3. O P.A COSTA RICA E SUA GÊNESE.....</b>	<b>25</b>
3.1 A criação do P.A Costa Rica e o perfil das famílias assentadas .....	27
3.2 As atividades agropecuárias: a importância da produção e produtividade para o município .....	30
3.3 O Trabalho de homens e mulheres no assentamento: a esperança de uma vida melhor no território conquistado.....	38
3.4 O ensino de geografia e o campo no Brasil .....	39
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>
<b>4. APÊNDICES .....</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os primeiros assentamentos rurais em Wanderlândia-TO surgiram na década de 1980, fruto de um projeto de colonização criado pelo regime militar no intuito de que as áreas desocupadas e sem produtividade fossem ocupadas e integradas colaborando com a economia do país (LOPES, 2001). Na cidade de Wanderlândia existem atualmente 3 (três) assentamentos rurais, no entanto, a pesquisa foi realizada especificamente no assentamento P.A Costa Rica, onde o trabalho e análise é realizada no recorte temporal de 1980 até 2022.

O objetivo desta pesquisa é compreender a importância das atividades agropecuárias no assentamento P.A Costa Rica, no município de Wanderlândia-TO, e seus aspectos produtivos, sociais, culturais na dinâmica do processo de qualidade de vida das famílias assentadas.

O devido tema foi delimitado a partir das experiências familiares com a terra, atividades agrícolas e as lutas relatadas pela própria família sobre o momento de inclusão dos que buscavam o acesso a terra por meio da reforma agrária no campo. O assentamento P.A costa Rica é localizado em Wanderlândia-TO ao norte da cidade, estando dentro do cerrado brasileiro por definição e vegetação, mas também incluso na área da Amazônia legal, este assentamento é povoado por pequenos e médios produtores, contendo parcelas de 8 a 12 hectares por família, com o total de 142 parcelas.

Os assentamentos têm uma característica econômica e sociocultural importante para o município, isto por que, a cidade conta especificamente com a produção de alguns alimentos cultivados nestas áreas. Também de certa maneira, a mão de obra no campo sempre foi importante para os trabalhadores mediante a cidade não contar com muitas oportunidades trabalhistas, e que sempre foi mais rentável o trabalho rural, como roço, capina e brocas de roças na preparação para o plantio.

O assentamento apresenta uma grande diversidade em tipos de produção, tanto na agricultura como por parte da pecuária, piscicultura e outros. Atividades essas, importantes para o desenvolvimento da cidade, pois a prática da agricultura é uma das principais atividades econômicas do município.

As questões que norteiam a pesquisa são uma análise e registro de como funciona as práticas produtivas agropecuárias no P.A Costa Rica, além das dificuldades

enfrentadas pelo pequeno produtor no dia a dia de produção, como a forma que acontece o escoamento de produção, investigar quais os incentivos para essas práticas agrícolas em relação ao poder municipal se têm disponibilizado e qual o modelo da mão de obra na produção no assentamento.

A metodologia deste trabalho é baseada em pesquisa qualitativa e de campo, mediante aos trabalhos publicados e relatos históricos da criação do assentamento, buscando fundamentar os objetivos desta pesquisa, sendo através de levantamento de dados históricos sobre a luta pela terra, reforma agrária e a criação do assentamento. Contudo, analisar as atuais atividades e tecnologias produtivas, visualizar os benefícios sociais e culturais ocasionados pelo processo produtivo e a vida das famílias. Desenvolveu-se também um diálogo com os moradores assentados, por meio de entrevista no qual foram entrevistadas 10 pessoas, em que o universo das famílias assentadas é de 87, em que os entrevistados equivalem a 11% do total, no intuito de realizar uma interlocução norteando assim a pesquisa.

Nesse sentido, o trabalho está dividido em um capítulo, com oito subtítulos, além da introdução e as considerações finais. O primeiro capítulo retrata sobre a importância dos assentamentos rurais para as famílias que lutam para ter acesso a terra. Neste contexto, a criação desses projetos de assentamentos traz uma esperança da reprodução familiar e da sustentabilidade em termos produtivos, amparando as famílias da exclusão, da fome, da violência. Isso mostra a importância da reforma agrária no contexto não apenas da distribuição da terra, mas da capacidade de assegurar as famílias assentadas com políticas públicas.

O segundo capítulo trata-se da história do assentamento P. A Costa Rica, no seu processo de emancipação, da luta das famílias, o processo produtivo, o perfil das famílias que se encontram neste assentamento. É um resgate da gênese, que busca compreender a importância da reforma agrária para aqueles que necessitam da terra para trabalhar e viver de certa maneira de forma digna.

Este trabalho foi desenvolvido dentro das categorias geográficas de lugar e território, tendo em vista que o conceito de lugar é criado decorrente de relações sociais, afetivas, culturais e religiosas com o meio. Já dentro da categoria de território na perspectiva da relação de poder, através da aquisição de várias parcelas por parte de

peças que vem transformando aos poucos parte do assentamento em grandes propriedades, recriando dentro do lugar fronteiras sócias entre as famílias com perfil em uma agricultura familiar e proprietários com grandes metragens de terra atuantes de práticas extensivas de produção.

## **2. A IMPORTÂNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS PARA AS FAMÍLIAS SEM TERRA**

O Assentamento rural tem um papel de extrema importância para as famílias assentadas, no qual se caracteriza com a produção de alimentos, renda e economia local, mão de obra familiar, poder de inclusão do homem de acordo com a classe de trabalhadores e o acesso a terra. LEITE et al. (2004, p.258) afirmam:

[...] a criação dos assentamentos possibilitou, para uma população tradicionalmente excluída e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, uma importante alternativa e oportunidade de trabalho, especialmente para os segmentos de baixa escolaridade, como é o caso da população assentada, os assentamentos representam a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote. Atuando como um amparo frente às agruras das formas por meio das quais vem se dando o desenvolvimento econômico, servem como proteção social resolve o problema de moradia e permitem a inserção no mercado de trabalho.

Desta forma, pensar o trabalhador rural com sua família, cuja única mão de obra conhecida são as práticas das atividades agropecuárias, trazidas e ensinadas de geração para geração, tendo que tentar fora do campo o mercado de trabalho tradicional, competindo diretamente com a parte capacitada e preparada da população, para o ingresso nos setores comerciais, metalúrgicos, institucionais etc., torna-se um fácil palpite de qual será o perfil de maior aceitação neste mercado, e quem haverá de passar por maiores problemas financeiros. Então, a terra para o produtor sem-terra não entra na perspectiva de um bem para status social, mas de uma ferramenta, mas que necessária para seu sustento, além ainda da inclusão a sociedade, tendo seu papel dentro da economia local, fazendo parte da engrenagem do comércio na localidade a partir da comercialização do excedente produzido.

### **2.1 A reforma agrária e a Importância para os trabalhadores**

A questão agrária no Brasil adentra em um âmbito de discussão principalmente de necessidade para o alcance de uma equidade no setor da agricultura, onde a ideia é que os grandes latifúndios e imóveis sem produtividade sejam divididos e repartidos para com

inúmeras famílias trabalhadoras, que vivem da produção agrícola, mas que não possui terras e que produzem em terras particulares dividindo metade da produção ou lucro com o proprietário da terra. Partindo deste fato, há uma necessidade de uma redistribuição justa de terras, para sanar ou amenizar os conflitos advindos da reivindicação da classe trabalhadora, mas que não possui onde produzir. Podemos aqui entender e enxergar os motivos nos quais se faz importante uma reforma agrária no país. Diante disso, os problemas agrários no Brasil não vêm de hoje, mas de muito tempo atrás, como afirma SZMRECSÁNYI (1990 pp. 14-16):

[...] atividades semi-autônomas praticadas por homens livres, pequenos produtores sem escravos, que trabalhavam a terra com a eventual ajuda de familiares. Esses pequenos produtores não passavam, na maioria das vezes, de simples agregados dos grandes proprietários de terras e de escravos, os quais lhes cediam por empréstimo pequenos lotes de terra para cultivo, em troca de serviços de todo o tipo - inclusive, principalmente, de capangagem. Os referidos produtores cultivavam gêneros alimentícios para seu próprio sustento e para o consumo dos pequenos mercados locais e de cidades mais próximas [...], eles eram frequentemente paupérrimos, vivendo em condições materiais apenas um pouco melhores que as dos escravos. [...]. De um modo geral, todavia, as culturas de subsistência nunca deixaram de constituir atividades secundárias e subsidiárias em relação às grandes lavouras escravistas de exportação.

Ou seja, o trabalho do homem do campo e sua relação com a produção e o espaço para produzir não é uma questão que teve início nos dias atuais, mas sim uma problemática já arcaica, que ao decorrer da história o camponês necessita de um local para o cultivo, mas não possui a terra para trabalhar, necessitando deste meio para a sua sobrevivência torna-se evidente a busca de terras que não são suas para fazer o seu processo produtivo, dividindo a produção e o lucro a base da meia como forma de pagamento de um aluguel por essas terras.

Portanto, há uma necessidade de uma reforma no setor agrário para que o homem do campo possa produzir em um local que não lhe seja cobrado um valor por produção, e que possa produzir além da subsistência, onde o produto da lavoura que seria repartido a meia como aluguel seja fonte de renda, por meio da venda do excedente da produção. À medida que o homem do campo possuir a terra e não precisar mais pagar para produzir, certamente isso irá melhorar suas finanças, e lhe incentivará a investir em novas práticas agropecuárias e indiretamente reduzirá o êxodo rural. Seus filhos já terão um motivo a menos de se mudar para a cidade, logicamente para que haja no campo as condições necessárias para a família



camponesa permanecer. Nesta perspectiva, ainda vai muito além somente da posse da terra, mas sim de projetos voltados a educação, saúde e políticas públicas reais, não só no papel, mas sim em vigor. Staevie (2005 p. 229 a 256) sustenta que:

[...] Após a chegada a terra, a delimitação e distribuição dos lotes e o início da produção, novas questões se apresentam: a necessidade de disputar os créditos destinados pelo governo (o que muitas vezes acontece); a imposição de formas associativas de produção e as novas relações que ela cria entre os assentados; a busca de mercados e formas para o escoamento da produção; a obtenção de insumos; demandas relacionadas a serviços de saúde e educação; necessidade de assistência técnica, etc. Isso tudo gera novas relações sociais internas e exteriores aos assentamentos, constituindo espaço de deformação de demandas e de novas mediações.

A reforma agrária é o caminho para o trabalhador rural, de forma que a própria terra possibilita a estes sujeitos “oportunidades” de trabalhos, que só são possíveis através da terra para cultivo, tendo por meio da reforma o direito a parcelas ou lotes para produzirem seus alimentos de forma subsistente, fonte de renda por meio da comercialização de excedentes, engajamento no meio trabalhista transversalmente de uma mão de obra familiar, onde não só um, mas toda a família se envolve nos serviços em prol do sustento, renda e inclusão social.

## **2.2- A criação dos assentamentos rurais como território de vida**

Os assentamentos rurais dispõem de uma importância muito nobre para o trabalhador rural sem-terra, que é a função de proporcionar a esses moradores os aspectos de lar, circunstância que vai além de apenas um teto e comida, mais sim a possibilidade que a terra fornece ao morador de reproduzir ali práticas e culturas trazidas por ele de sua terra natal, recebendo da nova terra em que foram assentados, os aconchegos de seu lar. Tendo em vista tudo isso, a importância da criação destes assentamentos é mais do que dar abrigo e trabalho, mas permitir que o homem do campo mantenha os seus laços com a terra, seu vínculo com a natureza, com a preservação de seu ambiente, se manter a partir do seu suor, de produzir seus alimentos de acordo com seus ideais, poder plantar sem agrotóxicos, sem veneno, poder ter acesso ao produto sem pagar nos supermercados as taxas com inflação sobre o mesmo. É então, ser livre das cadeias que prendem o homem do campo na pobreza do meio urbano, resgatando o direito a terra, um bem de todos.

Os assentamentos rurais foram criados a partir da ideia de resolver situações de conflitos agrários, deste modo o governo torna lei à desapropriação de terras improdutivas. Segundo LOPES (2001):

Os assentamentos rurais, no Brasil, têm origem a partir da década de 70, com os projetos de colonização criados pelo regime militar, cujo objetivo era ocupar áreas despovoadas e atrasadas, que precisavam integrar-se à economia do país, expandir a fronteira agrícola e desarticular os focos de conflitos nas regiões Nordeste, Sudeste, além de fragmentar a luta dos camponeses em prol da reforma agrária.

Isso possibilita a reordenação do uso da terra e dos grandes latifúndios, onde a ideia é que estas terras improdutivas fossem repartidas em várias parcelas ou lotes para o trabalhador rural sem-terra que se encaixa no perfil social trabalhista, de grosso modo aqueles que não tinham onde produzir para subsistir. Os trabalhadores rurais sem terras que compartilham da mesma necessidade, de produzir, trabalhar e criar seus filhos com a única mão de obra que conhecem, se unem, entram e ocupam essas terras, fazem suas picadas, dividem em glebas, parcelas ou lotes, no qual seu propósito é de exercer ali suas atividades e culturas para sobrevivência.

A necessidade da criação de um lugar acessível ao trabalhador rural sem-terra se justifica cada vez mais à medida que se observa a expansão da malha urbana, dos avanços das grandes empresas em meio a cidade, que leva até mesmo a uma exigência maior no mercado trabalhista, as grandes lavouras, as monoculturas e seus grandes avanços tecnológicos, que dispensam a mão de obra diretamente do trabalhador rural, que é reduzida de cem empregados para uma colheita, a um empregado e uma colheitadeira. Dentro desta perspectiva, a criação dos assentamentos rurais como território de vida é mais que necessária. Como afirma BERGAMASCO, NORDER (1996, p. 08):

Diante da ampliação da fome e da miséria, do desemprego, do inchaço dos centros urbanos e das reduzidas taxas de crescimento econômico, sobretudo nos países com elevados índices de pobreza e exclusão social, os assentamentos rurais apresentam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equitativas.

O assentamento rural tem o seu papel de grande importância de promover aos trabalhadores rurais direitos sociais inquestionáveis e inegáveis a qualquer cidadão, pois

traz com ele a capacidade de produzir alimentação básica, ter acesso a moradia, trabalho e retorno a sua dignidade por meio da inclusão social. Nesta perspectiva, o processo produtivo além do consumo leva em consideração o excedente a partir da venda de parte da produção, amenizando assim também o êxodo rural, pelo fato de gerar a mão de obra nas lavouras, inspirando desta forma os filhos, netos e sobrinhos a participarem desta cultura. À medida que as novas gerações começam a fazer parte da vida e trabalho no campo, surge então a importante relação homem e natureza, a necessidade de preservação do meio ambiente e a necessidade de práticas sustentáveis de produção. É visto que:

É necessário explorar as ligações de intimidade e de pertencimento existentes entre o homem e a natureza, onde o lugar no qual os indivíduos desenvolvem suas atividades de sobrevivência assumam o caráter de categoria central onde os significados e os valores são produzidos a partir das experiências de vida, numa íntima relação de conservação e desenvolvimento do seu ambiente e de seu próprio modo de vida (GONÇALVES, 2016 apud TUAN, 2012).

É de grande importância falar sobre o verdadeiro perfil do homem que vem a ser um assentado, visto que diariamente nos debates e discussões populares, esses são rotulados como invasores, grileiros, que tomam para si próprias terras alheias, para o fim lucrativo. Mas esse não é o perfil do trabalhador rural sem-terra, que é ao fim das contas apenas um posseiro, que por necessidade precisa daquele espaço para subsistir. Martins (1979, p. 104) considera que:

[...] O posseiro é lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para o sustento da família. O que ganha com a venda desses excedentes é para comprar remédios, sal, querosene, às vezes roupa e mais uma ou outra coisa necessária a casa ou ao trabalho. Como não possui título de propriedade da terra em que trabalha, raramente tem acesso ao crédito bancário, à assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar a produtividade do seu trabalho. É importante saber que, a rigor o posseiro não é um invasor da propriedade de outrem. Invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários que o expulsam da sua posse.

Portanto, os assentamentos não funcionam como uma máquina de gerar lucros, ou uma empresa que briga pelo topo do sucesso, mais sim como um direito, a moradia, trabalho, alimento e dignidade. Não é um bem, é um território de vida. BERGAMASCO, NORDER (1996, p. 7) diz “Alimentos. Antes de tudo, a comida que falta. Moradia, terra e trabalho. Educação, cooperativismo. Irrigação, meio ambiente. Cidadania”. Ou seja, não é

um bem para fim de luxo ou status social, mas sim uma ferramenta possibilitadora que a partir dela se torna possível para o trabalhador sem-terra o abrigo, a vida, o trabalho e a alimentação.

Além de tudo, a multiculturalidade que é colocada em evidência neste trabalho como fator importante com o município e para a mesa do brasileiro, ao contrário da monocultura trás com ela diversos benefícios, tais como: a disponibilidade de uma alimentação saudável, segurança alimentar, maior mão de obra, geração de trabalho e renda para outras famílias além da família que está diretamente produzindo. A monocultura proporciona uma centralização de terras para produção, em que a mão de obra humana é bem pequena, devido a maior parte ser exercida pelas máquinas, na utilização de tecnologias avançadas, resulta em alimentos com aditivos químicos, prejudiciais a saúde, no qual este produto e sua grande parte não são fornecidos para o consumo das famílias, pois o foco é a exportação.

Dando de certa forma a esse grande proprietário o poder sobre o espaço, construindo ali um território de oligarquias, que não é para todos, mas para uma pequena classe de maior poder aquisitivo, onde esses acabam administrando o espaço através do exercício do poder. Dessa maneira:

O poder é exercido por autoridades nas famílias, nas associações, no mercado, nas instituições, nas nações e significa influência ideológica e vigilância. Há regulação social em diferentes níveis espaciais, uma administração do espaço através do exercício do poder (SAQUET, 2011, p. 35)

No que diz respeito a categoria território discutida nesta pesquisa, seguimos a concepção de Saquet (2011, p. 38): “[...] o território é uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação no espaço e, evidentemente as pessoas [...]” Nesta perspectiva, os assentamentos rurais são estes territórios construídos dentro desta dimensão histórica de lutas e desafios para o processo de permanência das famílias assentadas.

### **2.3- O Desafio da permanência nos assentamentos**

Os assentamentos rurais antes de chegarem ao reconhecimento legal por meio do governo passam por diversas fases, como projeto trâmite, sessões jurídicas, e diversas

burocracias, até chegar ao ponto onde os trabalhadores das glebas se tornem assentados e os acampamentos se tornem realmente assentamentos dando a entender que a luta tão árdua e extensa já chega ao fim e que agora o assentado pode trabalhar e produzir como sempre sonhou.

No entanto, é chegado um dos momentos de maior relevância para o trabalhador rural, sendo ele o desafio para permanecer no local, pois são diversos os fatores que fazem com que o assentado desista do assentamento e volte para a cidade. A ausência de políticas públicas, a falta de projetos voltados ao cultivo, direcionamentos para criação animal e manejos das espécies, falta de infraestrutura para as rodovias vicinais, a falta de todos esses fatores em um assentamento ocasiona de certo modo a desistência do assentado. Sem tais incentivos se torna impossível estabelecer um sustento e sua permanência no local, LOPES (2001, p.4) comenta que:

[...] Para que os assentados permaneçam na terra é preciso apoio das instituições governamentais, por meio do acesso ao crédito agrícola, acompanhamento técnico nos projetos. Essas medidas iriam melhorar as condições de vida desses trabalhadores. Os fatores que levam muitos dos assentamentos a se dissolverem vincula-se ao processo de diferenciação de apoio do Estado em algumas áreas, além da falta de uma política que articule o sistema de saúde, educação, moradia, produção, para cumprir sua função social.

Com a ausência de políticas públicas para os assentamentos, a tão almejada terra passa a ir de um sonho de um território de vida e sustento, a uma luta sem fim, sem renda e sem perspectiva de melhorias. Vale ainda ressaltar toda a luta travada antes do assentamento ser legalizado, entre o trabalhador e jagunços e capatazes, onde o risco de morte e a vulnerabilidade a violência destes são de altos índices.

Dessa maneira, os trabalhadores que na grande maioria acompanhados já de suas esposas e filhos passam por riscos diários a mando de organizações criminosas, como grileiros, madeireiros, sentindo-se ameaçados pela presença das famílias como testemunhas de suas práticas ilegais e que não querem deixar que as pessoas se tornassem proprietários de forma legal da terra como espaço de vivência.

Os elementos da violência destes eram muitos, para fazer com que os ocupantes desistissem de permanecer, dentro desses ataques, os mais comuns eram queimar os barracos e acampamentos no meio da noite, armar emboscadas, enviar homens armados

para pressionar e infelizmente como é verídico nas histórias das lutas dos assentamentos, mandar pistoleiros para matar os ocupantes.

[...] Segundo a CPT - Comissão Pastoral da Terra, em 2017 ocorreram no Brasil 1.431 conflitos no campo envolvendo 708.520 pessoas e 37.019.114 hectares. Parte dos conflitos originou violências contra a pessoa. Em 2017 foram 71 assassinatos, 120 tentativas de assassinatos, 2 mortos em consequência, 226 ameaças de morte, 6 torturados, 263 presos e 137 agredidos. (GIRANDI, 2019, p.1)

**Figura 1 – Dada de conflitos no campo 2019 - 2020**



Fonte: Disponível: [tps://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/06/01/conflitos-no-campo-batem-recorde-em-2020-aponta-pesquisa.ghtml](https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/06/01/conflitos-no-campo-batem-recorde-em-2020-aponta-pesquisa.ghtml). Acesso: 11.06.2022

A Figura 1 apresenta os conflitos no campo no Brasil. Em 2019, o número de ocorrências no campo era de 1.903 tendo um total de 898.635 pessoas envolvidas, um número já preocupante, mas com um ano depois, em 2020 cresce mais ainda com o aumento de 8% no número de conflitos no campo chegando ao número de 2.054, consequentemente aumentando também o número de pessoas envolvidas com o salto de 2% equivalendo a 914.144 pessoas envolvidas.

É notório que os índices de conflitos e violência no campo com o decorrer dos anos apenas cresce, fator resultante de um país sem uma reforma agrária efetiva, com políticas

fundiárias insuficientes, com tendência a retroceder. O assentamento P.A Costa Rica, objeto de estudo desta pesquisa, também sofreu situações similares a essas, como: perseguições, violências, ameaças, até ser constituído como o assentamento conhecido atualmente.

Como se não bastasse todo esse conflito e aflição vivida nos dias atuais, os moradores sofrem outro constrangimento: a falta de fomentos e incentivos governamentais possibilitadores de vida na terra. Com as situações ocorridas na região, isso fez com que alguns habitantes das terras desistam de continuar com as produções e com as vendas do que foi produzido em suas parcelas. Lopes (2001) demonstra que devido tais acontecimentos se torna corriqueiro a desistência das terras em assentamentos para a tentativa de inclusão em empregos na cidade, ocorrendo também em procurar novas terras em outra região, por não ter apoio do Estado e uma política agrária que fiscalize seus projetos.

Outro fator importante que pode ser caracterizado como um dos principais causadores do êxodo rural é a questão da comercialização das terras, as vendas das parcelas causadas pela falta de assistência e políticas públicas para os assentamentos. Os moradores assentados, com dificuldades de produzir, sem incentivo, e se deparando com o baixo retorno da terra, no qual se encontra em uma situação de desânimo acaba recebendo proposta em sua parcela, que na maioria das vezes vem de uma pessoa com um perfil financeiro maior, que lhe oferece um bom valor em sua posse.

Esse comprador que na maioria das vezes não pertence a parte necessitada de uma população que precisa de uma terra para viver e produzir, trata-se de pessoas que normalmente já tem um grande capital, e que pretendem ampliar seus negócios, adentrando no grande e lucrativo mercado da pecuária extensiva. Para realização de tal prática são necessários uma metragem maior da propriedade, para a formação de pastos para o rebanho, um fator que leva a agravar a situação, pois uma vez que uma parcela só não é suficiente para as práticas da pecuária extensiva, e produção de leite. Esse novo proprietário tem como interesse a compra das parcelas vizinhas, e acaba-o desestruturando assim a política das divisões das parcelas de acordo com a reforma agrária aplicada pelo INCRA. A TABELA 1 mostra a realidade da aquisição da terra no P. A Costa Rica.

TABELA 1 - MEIO DE OBTENÇÃO DA TERRA DO P.A COSTA RICA

Aquisição da Terra	Nº de famílias	%
Reforma agrária	03	30,00
Compra	06	60,0
Troca	01	10,0
Total de entrevistados	10	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - Organização o autor.

Estes dados mostram que a quantidade de famílias residentes nas terras, com conquista mediante a ocupação do início do assentamento é apenas 30%, enquanto as que conquistaram mediante a compra destas terras se dar em 60%, e fator troca ficando em 10% do total de entrevistados.

Toda essa questão entra em uma forma de retrocesso diante das políticas destinadas aos assentamentos, o que leva a mudança do perfil social do assentamento e seus objetivos que era promover ao trabalhador sem-terra condições dignas de vida, de alimentação e trabalho. Tudo isso vai ficando inerte e as terras por compras e junções das parcelas sem fiscalização, aos poucos vai fugindo do modelo de um assentamento rural e retornando ao que antes eram os grandes latifúndios. A ausência das fiscalizações aos bocados vai fazendo que o pouco que foi conquistada de uma reforma agrária módica seja arruinado. Lopes (2001, p. 106) reforça que:

[...] “Nesse contexto, cada vez mais os antigos posseiros vão se restringindo, dando lugar a um segmento da sociedade, que tem um maior poder aquisitivo. Esse fato retrata a decadência da reforma agraria nesse assentamento, que não se preocupou em levar uma condição melhor de vida para os assentados, mas contribuiu para que houvesse o poder de barganha por parte daqueles que tem uma vida financeira estruturada.”

Deste modo, é possível identificar que não é somente a conquista da terra no início de um assentamento que seja a maior luta para o trabalhador rural sem-terra, e sim também a luta para permanecer no local conquistado, enfrentando ainda as desigualdades governamentais e o descaso de leis e políticas públicas frouxas e sem coerência com o verdadeiro motivo de sua criação, que deveria de ser amparar e beneficiar o camponês, e não as grandes classes já embebidas de regalias.



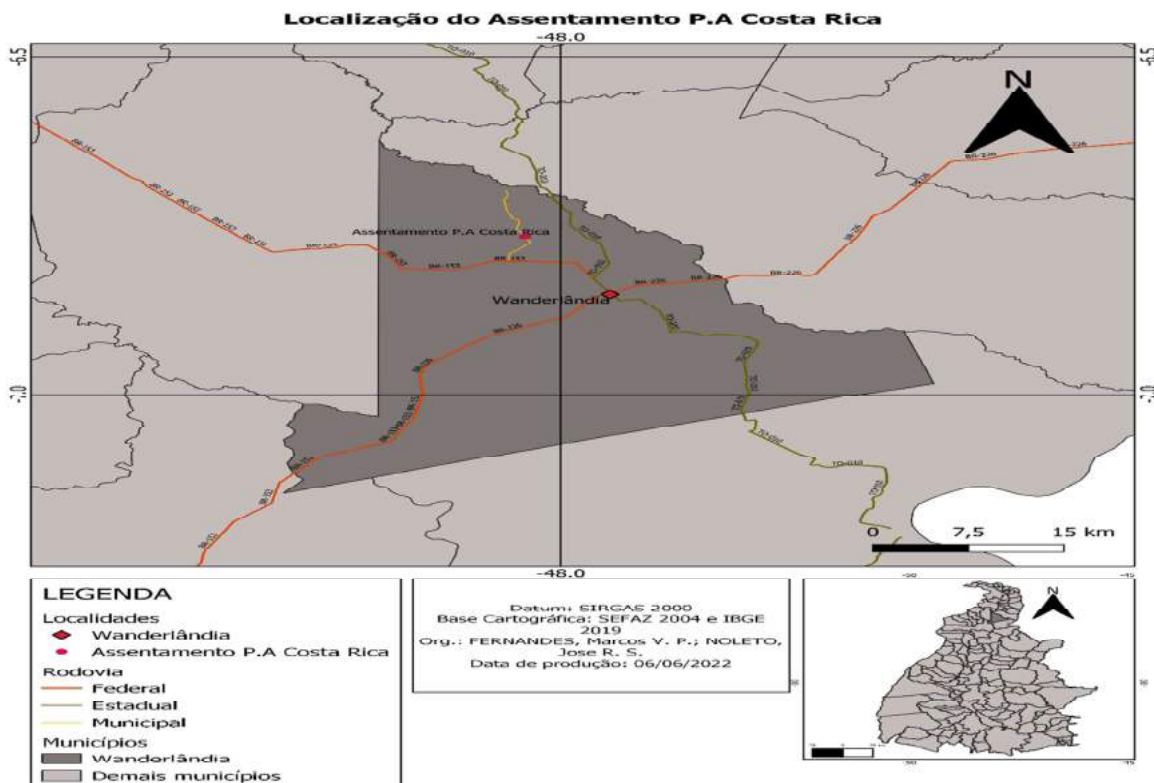
### **3 - O P.A COSTA RICA E SUA GÊNESE**

A história do nascimento dos Projetos de Assentamentos não teve início nos dias atuais, pois já é um assunto que há décadas gera debates e polêmicas nos âmbitos fundiário, agrário, social e econômico, uma questão que se conecta diretamente com a luta do homem do campo e suas trajetórias durante anos, criado para amenizar os conflitos gerados pela questão agrária no Brasil.

Assim, a partir de meados dos anos 1980 registra-se, de forma lenta e irregular, a implementação de assentamentos rurais em todos os estados da federação, tendo como objetivo principal apaziguar situações de conflitos localizados, sem partir de uma política realmente estrutural que resgatasse o potencial produtivo da agricultura familiar. (GOSH SCOLARI 2020, p.22)

Nesta perspectiva também nasce o P.A Costa Rica, que fica localizado ao sentido norte do município de Wanderlândia-TO, com o acesso pela rodovia BR- 226 sentido Xambioá-TO, como apresentado pela Figura 2.

**Figura 2 – Mapa de localização do Assentamento P.A Costa Rica**



Fonte: Org. Marcos Fernandes, Jose Ricardo dos Santos.

Sendo este o objeto de estudo deste trabalho, assim como todos os assentamentos, teve seu nascimento a partir de uma necessidade, a do trabalhador rural sem terra de possuir um local para viver e trabalhar, onde já desenvolvia as práticas agrícolas, agropecuárias, ou seja, este homem que precisa de um espaço para plantar já tinha o costume de trabalhar nas lavouras, nas brocas de roças, na lida do campo. Porém, no papel de empregado de grandes fazendas e também como é muito comum na história de vida dos assentados como meheiro, que é quando esse trabalhador planta suas lavouras em acordo com o dono da terra de dividir a produção, onde a porcentagem é combinada entre as partes, e que normalmente as porcentagens a ser repassada não era muito pequenas.

O P.A Costa Rica tem como ponto de partida exatamente essa situação, por volta do ano de 1992, a fazenda já se encaixava no perfil de uma terra improdutiva, com apenas algumas famílias plantando a meia, e um ou outro trabalhador contratado. No ano de 1996, famílias e trabalhadores sem terra, entram e ocupam a fazenda, fazendo suas picadas e dividindo a glebas por família, começam então a construir o acampamento, mas à medida

que levantavam os barracos, eram perseguidos pelo capataz da fazenda, como cita o entrevistado local Alfredo Bispo Ferreira, morador do assentamento “o pessoal fazia os barracos e o capataz vinha com o trator e derrubava, foi assim por quase um ano”.

Resistindo e permanecendo, assim o acampamento aos poucos foi tomando forma, com várias famílias residindo, logo mais no ano de 1997 os conflitos já haviam sido resolvidos pelo o intermédio do INCRA, e os moradores já tinham mais tranquilidade, esperava agora apenas a parte burocrática da legalização do assentamento, as parcelas já haviam sido divididas de forma igualitária de grosso modo, ainda sem a demarcação oficial da instituição, apenas no ano de 2000 o assentamento foi verdadeiramente tornado legal perante a lei.

A terra foi dividida em 142 parcelas, com tamanho entre 10 a 12 alqueiros cada parcela, a partir disto as famílias assentadas começaram a pensar ali os seus futuros projetos para com o pedaço de terra, quais cultivos e atividades seriam mais propícias em relação às propriedades do solo e os potenciais da terra, trazendo em suas bagagens práticas corriqueiras de seus lugares de origem.

Em um primeiro momento, logo após a divisão das parcelas e as devidas legalizações, foram assentadas 142 famílias no assentamento P.A Costa Rica, um número considerável de pessoas assentadas. Porém, ao decorrer do tempo, em meio às lutas do campo esse número começou a diminuir, chegando então nos dias atuais a 87 famílias assentadas. Algumas parcelas foram vendidas e até unidas para formação de terras maiores, fora da legalidade permitida perante lei.

### **3.1- A criação do P.A Costa Rica e o perfil das famílias assentadas**

As famílias assentadas nem sempre foram pertencentes desta região, ou mesmo estado, pois grande parte saiu mais cedo de suas origens em busca de trabalho, e encontrando o município de Wanderlândia com um grande índice de mão de obra no âmbito rural devido a cidade se encontrar no início das explorações de terras, onde ainda as proprietárias das fazendas se encontrarem na fase de derrubadas das matas ainda virgem e roço para formação dos pastos para o rebanho e para agricultura.

Dentre os moradores do P.A Costa Rica, esses têm origem de vários lugares, famílias advindas do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Brasília e outras, porém a partir da pesquisa de campo levantada, foi possível perceber a relação que existe entre os moradores que estão na terra do início do assentamento com a originalidade nordestina. O fato que explica o percentual de moradores vindo da região nordeste do país, segundo os entrevistados é o recrutamento para o trabalho que existiu por volta de 1972, que segundo eles corriqueiramente surgia em suas cidades um homem que representava um determinado fazendeiro a procura de homens jovens, saudáveis e trabalhadores que quisessem ganhar dinheiro, este homem dirigia um caminhão com adaptações para o transporte de pessoas, conhecido popularmente de “pau de arara”. A partir de então, estes trabalhadores eram abordados pelo representante, em alguns casos, já recebiam dinheiro como um adiantamento para ajuda de custos nesta transição.

A viagem até o destino final como relatado pelos entrevistados, duravam em cerca de 15 dias, devido as estradas ainda não serem pavimentadas na época e se deparavam durante o percurso com diversos contratemplos, tais como atoleiros, pontes quebradas, desvios feitos por conta do tipo de transporte, e a quantidade de pessoas que se encontravam no seu interior de forma inadequada não podiam trafegar pelas rotas principais, tinham que traçar seus caminhos escapando das fiscalizações de trânsito.

À medida que chegavam ao destino começavam logo a trabalhar e se arranjar no local, mais no decorrer de dias e meses, os começava a perceber os abusos que existia em relação ao pagamento dos contratados. Os trabalhadores eram proibidos de algumas ações, não podiam comprar diretamente na cidade seus mantimentos para seus ranchos, pois na fazenda já tinham para fornecer nas chamadas cantinas ou armazéns. Porém, com preços bem maiores que na cidade, causando sempre uma inflação e tornando sempre uma dívida do trabalhador para com o patrão.

Uma vez que o salário pago não era suficiente para quitar as dívidas obtidas por compra de alimentos e remédios os trabalhadores tornavam-se presos, uma vez que ir embora sem pagar suas dívidas era quase uma certeza de morte pelos jagunços e capatazes a mando do patrão.

Analisando os relatos e histórias destes moradores sobre suas origens e a forma de chegarem até o assentamento P.A Costa Rica, onde hoje residem, foi então possível

perceber resquícios de uma escravidão no âmbito do trabalho rural, entendendo todos esses fatores de suas formas de chagadas a essa nova região, como elemento esclarecedor para compreender os motivos que levaram a hoje residirem no assentamento.

Para compreendermos a vinda desses trabalhadores, sobretudo nordestinos: “Esse processo migratório vindo do Nordeste aumentou o número de posseiros na fronteira, entrando em confronto com os grileiros, instaurando-se a violência dos que querem determinar o seu anseio, que é a apropriação da terra, por meio da força e do poder” (LOPES, 2009, p. 77).

Com a capacidade de compreender a relação deste trabalhador hoje assentado, com os casos de violências e trabalhos escravos em suas jornadas até os dias atuais na chamada fronteira, Lopes (2009, p. 78) aponta que:

[...] A fronteira, como categoria geográfica, é o lugar de esperança daqueles que não tem uma outra forma de vida nos parâmetros de uma sociedade justa, e buscam refúgio em outras localidades como alternativa para sua sobrevivência. É na fronteira que iremos encontrar a violência instaurada, baseada na condição de trabalho a que estão submetidos os camponeses, os trabalhadores numa das formas mais cruéis e primitivas que é o trabalho escravo contemporâneo, categoria que se apresenta decorrente da expansão do capital em sua situação definidora, capaz de gerar estas atrocidades para retirar a renda absoluta e as diferentes formas de renda diferencial pela propriedade... É diante dessa situação que os donos de capital têm reagido na fronteira, pois lhes proporcionam maior segurança devido às distancias, às dificuldades de atuação dos órgãos competentes, além de tudo, à localização geográfica, que oferece terras devolutas e de fácil domínio por parte dos latifundiários. Em relação ao indígena, ao posseiro, ao pequeno camponês, tornam-se vulneráveis, nas mãos de seus intermediários. É por meio da renda da terra na fronteira que as formas de produção do capital estão intrínsecas, porque recria mecanismos de acumulação primitiva para obter maior ganho.

Estes trabalhadores eram contratados para o trabalho árduo do campo, pois sem o acesso aos maquinários que hoje existe era uma forma mais eficaz de devastar espaços nas matas com maior rapidez, a mão de obra de muitos homens e mutirão para limpar as roças e formar os pastos.

As localidades escolhidas para aliciar estes trabalhadores não eram qualquer uma por acaso, eram escolhidos pelo histórico já conhecido de lugares onde as pessoas já faziam parte da lida no campo, acostumadas a trabalhar no campo, a limpar roças e cultivar grãos. Tendo em vista, percebe-se que realmente dentro das entrevistas não tem relatos de pessoas

vindas nessa época de regiões já industrializadas como São Paulo e Rio de Janeiro, mas sim a grande parte deles advindo do Nordeste.

Portanto, esses trabalhadores antes de tudo isso, da migração e do assentamento já desenvolviam em suas origens atividades, trabalhos do campo, atividades essas que foram relatadas pelos moradores do P.A Costa Rica na pesquisa de campo para este trabalho. Atividades citadas tais como: o cultivo da cana de açúcar, para fins como a extração da garapa e também a fabricação de rapaduras, o cultivo da banana, mandioca, milho, como um dos principais ingredientes presente na alimentação, e o cultivo do caju, tendo o foco principal na extração da castanha.

### **3.2- As atividades agropecuárias: a importância da produção e produtividade para o município de Wanderlândia - TO**

O assentamento P.A Costa Rica conta com diversas atividades pertencentes ao ramo agropecuário, como: plantações de melancias, abóbora, abacaxi, mandioca, milho, banana, cultivos de hortaliças, alface, couves, cebolinhas, coentros, quiabo, conta também com a criação de animais, como gado leiteiro, porcos caipiras, galinhas, peixes.

A produção deste assentamento vai, no entanto, além da comercialização destes produtos prontos, mais consiste também, da produção de alimentos derivados dos produtos de origens, como a fabricação de pamonhas, queijos, farinha de mandioca, produtos esses indispensáveis para o consumo e renda destes moradores, que através destes produtos, é possível o sustento familiar e geração de renda para as famílias.

O assentamento estudado foi possível identificar várias plantações e criações nas parcelas, que são fatores determinantes de uma produção e rentabilidade familiar, dentre essas atividades analisadas, na parcela de seu Mivaldo de Sousa encontra-se uma roça de melancia, já quase toda colhida tanto para o consumo como para comercializar. Foram produzidas cerca de 16 mil melancias contando com mão de obra de mais ou menos 40 trabalhadores para colher, como mostra a Figura 3.

**Figura 3 - Plantação de Melancia**

FONTE: o autor, março, 2022.

Do mesmo modo, as famílias assentadas possuem práticas parecidas, como o plantio do milho, que dentre as demais culturas torna-se um destaque em sua importância, pois sua variedade de finalidades em que o Grão pode ser usado, ganha o lugar de atividade fixa todos os anos, pelo motivo de ser ingrediente em diversos pratos na alimentação, como cuscuz, o bolo de milho, ainda é também a ração de melhor custo benefício, pois servem de alimento para os porcos, as galinhas e muitas outras criações.

Todos os anos os trabalhadores tem o costume de fazerem suas roças de milho, fazer seus paióis, que é o local onde todo o milho que foi produzido vai ser armazenado para fabricação de ração, que tem o destino para uso próprio, mas também a venda do excedente conforme apresenta a Figura 4.

**Figura 4– Roça de milho**



FONTE: o autor, março de 2022.

Durante a pesquisa de campo, foi detectada a prática do cultivo do abacaxi como atividade comum entre os moradores do assentamento, onde que 3 a cada 6 moradores faziam o cultivo da fruta. O abacaxi produzido nas parcelas tem como destino primeiramente o consumo próprio, e segundo a venda do fruto, que acontece tanto no próprio local, quando os interessados vão à procura do produto, como também a venda na feira local, com relatos também de famílias que produzem polpas do fruto para também comercializar no mercado local. A figura 5 mostra uma roça de abacaxi.



**Figura 5 – Roça de abacaxi**



FONTE: Próprio autor, março, 2022.

Dentre as atividades encontradas no assentamento, o cultivo da mandioca é o mais corriqueiro, praticamente quase todos assentados tem em sua parcela uma plantação, o que muda de uma para outra são apenas as finalidades e as proporções, por exemplo, as famílias que tem a mandioca como complemento alimentar apenas, possui uma roça menor em comparação a família que faz a farinha. Estas variações ocorrem de acordo com necessidade do uso de cada um, como também os que utilizam como alimento para os porcos, galinhas e vacas de leite.

Outra prática bem comum no assentamento é a plantação de feijão, conhecido na região, por nome popular de feijão de arranca, esse cultivo permite ao trabalhador manter em sua casa seu próprio feijão para consumo, não precisando assim comprar o grão no mercado cotidianamente, apenas em situações particulares, quando não consegue o sucesso em sua colheita, que as vezes pode ocorrer, por motivos naturais como por exemplo a falta de chuva em determinado mês, ou o excesso de chuvas pode interferir no resultado da colheita. A Figura 6 evidencia uma roça de feijão em uma prática de subsistência no assentamento.

**Figura 6 – Roça de feijão**

Fonte: O autor, março 2022.

A localidade possui uma pluralidade em culturas e cultivos, tanto como os que foram exibidos acima, como outros até tais como: banana, cana de açúcar, batata doce e outros que são encontrados na região com uma frequência menor, mas que ainda sim não deixam de fazer parte das atividades agropecuárias contidas no P.A Costa Rica. No entanto, dentro dessas práticas contém as criações animais, o porco, galinha e vaca leiteira fazem parte do cotidiano do homem do campo. Logicamente que esta área de atividade de criação animal possui em uma escala geral, quantidades menores comparadas às práticas da agricultura, uma vez que os custos para criação, manejos destes animais se tornam maiores, que os das lavouras. Deste modo, as criações têm a finalidade quase sempre para consumo próprio, em alguns momentos quando a criação ultrapassa uma determinada quantidade é feita a venda para equilibrar e manter em uma quantidade maleável para criação, normalmente a comercialização ocorre nas mesmas datas, como natal e ano novo.

Esta limitação ocorre pela falta de capacidade dos moradores de expandir a criação para fim lucrativos, devido à falta de capital de investimento, se torna impossível comprar, por exemplo, matrizes suínas para expansão do negócio, a falta do incentivo no âmbito

rural tem deixado o produtor à mercê, a falta de fornecimento de crédito agrícola para os moradores restringe o panorama geral de uma criação, tornando-se possível criar apenas para consumir quando então este trabalhador poderia estar usufruindo mais uma renda para suas famílias, conforme a Figura 7 expõe uma criação de porcos para subsistência.

**Figura 7 – Criação de porcos caipira**



FONTE: O autor, março de 2022.

Todas essas atividades, pertencentes à esfera agropecuária em geral, tem um papel ímpar para o assentamento P.A Costa Rica e conseqüentemente para os moradores, é impossível imaginar um projeto de assentamento rural que deu certo, sem possuir quaisquer atividades. Logo que assentar o trabalhador sem-terra não é apenas dar o direito a terra e a moradia, é necessário o estado incentivar com políticas públicas como fomento, créditos para que as famílias tenham o direito de produzir de plantar para comer e tirar da terra a renda. Como comenta Fabrini, Luz e Lacerda (2012, p.76):

[...] A implantação dos assentamentos de trabalhadores sem-terra não deve ser vista como uma medida assistencial ou de socorro aos trabalhadores rurais excluídos. A reforma agrária e a implantação dos assentamentos abrem espaço para o desenvolvimento das forças produtivas, onde os sem-terras assentados criam mercados e inserem-se neles. A busca de colocação de produtos agropecuários no mercado assume grande importância no entendimento dos

assentamentos, visto que é uma condição para o trabalhador assentado permanecer na terra. “Entretanto, existem diferentes graus e formas dos agricultores integrarem-se ao mercado”.

O trabalhador do campo quer e precisa produzir, ou seja, faz parte da sua cultura, está atrelado a sua descendência, morar e viver do campo com dignidade e não ser um rótulo de precariedade e pobreza, mas sim de uma forma de vida abundante, com uma relação de cuidado com o que é produzido, plantar e criar sem veneno, em poder ter direito e acesso a produzir e se alimentar de uma forma mais saudável.

As atividades contidas no assentamento P.A Costa Rica também tem a sua importância refletida ao município de Wanderlândia-TO, em uma visão mais ampla, em diversos panoramas é possível identificar os benefícios que estas práticas causam ao local, está ligeiramente atrelado à geração de trabalho, a inclusão social de uma classe produtora ao mercado de trabalho, possibilita a entrega de uma alimentação melhor, tanto aos moradores, como também aumenta a qualidade de oferta de produtos alimentícios sem veneno e agrotóxicos para a população em um geral, através da comercialização na feira municipal de Wanderlândia. Nesse sentido, as pessoas passam a ter a opção em comprar de um pequeno produtor, que planta sem veneno, ou comprar no supermercado um produto que vem da lavoura regada de produtos químicos. Essa relação entre o pequeno produtor e cliente, gera ainda uma renda para o produtor e sua família que o ajuda em sua mão de obra, e fornece então uma alimentação limpa ao consumidor.

**TABELA 2 – Comércio local e o acesso a produtos saudáveis**

COMÉRCIOS LOCAIS	Nº DE ENTREVISTADO	%
FEIRA MUNICIPAL	03	60,00
SUPERMERCADOS	01	20,00
FRUTARIAS	01	20,00
TOTAL	05	100%

Fonte: Pesquisa de campo. Março/abril 2022.

Essa tabela apresenta dados relacionados a pessoas que buscam uma alimentação mais saudável e os locais que fornecem a melhor condição dentro da cidade de

Wanderlândia-TO, onde foram entrevistados 5 (cinco) pessoas. De forma que 60% dos entrevistados escolheram a feira municipal como local de melhor entrega de produtos saudáveis, 20% optam por supermercado como forma mais prática de comprar e 20 % escolhem as frutarias como local de compras, pois também este estabelecimento recebe alguns produtos dos pequenos produtores rurais locais e outra parte por encomenda das distribuidoras que fornecem semanalmente. As Figuras 8 e 9 exibem a feira municipal de Wanderlândia.

**Figura 8 – Feira Municipal De Wanderlândia-TO.**



Fonte: o autor, março 2022.

**Figura 9 – Produtora rural do P.A Costa Rica**



Fonte: Próprio autor, março 2022.

Portanto, tais atividades realizadas são possíveis com a existência do assentamento que vai além do processo de moradia, essas atividades se tornam ferramentas indispensáveis numa conexão do trabalhador rural com o meio urbano enquanto produtor participando diretamente na sociedade e no mercado local, símbolo de reconhecimento do trabalho do homem do campo.

### **3.3 – O Trabalho de homens e mulheres no assentamento: a esperança de uma Vida melhor na terra conquistada**

As famílias assentadas no P.A Costa Rica desenvolvem diversas atividades agropecuárias nas parcelas, que são diretamente responsáveis para alimentação e renda, uma parte vive da terra como principal recurso. Todas as famílias possuem em suas parcelas atualmente boas condições de vida, casas construídas, uma alimentação mediana e uma estabilidade como assentado no local, sem as pressões e ameaças vividas no início da conquista da terra, quando viviam em barracos cobertos de lonas, cozinhando em trempes, sem condições dignas de moradia. Hoje, as famílias tem sua dignidade em seus trabalhos, em poder viver da terra, de plantar quase tudo que precisam para comer.

Suas produções consistem em basicamente uma agricultura familiar, pautada na mão de obra dos membros das famílias, com práticas ecológicas, cerca de 80% dos lotes

produzem sem agrotóxicos, onde tanto os homens como as mulheres exercem na terra seus papéis, incluindo e valorizando a mulher como integrante na produção.

Ao decorrer da trajetória do assentamento, homens e mulheres têm desenvolvido trabalhos agropecuários no local, voltados a práticas ecológicas, buscando uma autonomia de vida, de sustento, com a esperança de uma vida melhor.

Analisando toda a trajetória dessas famílias e comparando com o momento atual da realização do trabalho, é notória a importância que a conquista da terra trás, a capacidade de devolver as suas identidades como homens do campo, a relação com a terra, de trazer de volta uma esperança de uma vida melhor.

### **3.4 - O Ensino de geografia e o campo no Brasil**

O ensino de geografia presente desde a escola básica tem um papel de muita relevância na educação de crianças e jovens, pois é a ciência que estuda a terra em sua organização espacial como as nações, partindo de uma visão mais ampla, até um recorte menor de um município ou região, logo então este ensino permite que os alunos aprendam a ler o espaço, a entender os aspectos sociais e culturais a partir do meio, analisando os fatores em que levam a existência dos conflitos humanos, dos desastres ambientais, dando o poder ao aluno de entender a dinâmica da humanidade, pensar então o ensino de geografia em relação ao campo é de certa forma compreender todos os conflitos e potencialidades existentes no campo. Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009, p. 38) afirmam:

*A geografia, como disciplina escolar, oferece sua contribuição para que alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformação, o momento atual da chamada mundialização da economia.*

O ensino de geografia mantém uma relação direta com o campo no Brasil, como ciência que estuda os meios urbanos, mas também o espaço rural, tendo áreas de estudos diretamente relacionado a questão agrária no país, como a geografia agrária, que estuda as formas de exploração e cultivos da terra e agricultura, sendo ela a base para o desenvolvimento humano e econômico.

A geografia divide as formas de produção em duas, o modelo intensivo e extensivo. O primeiro refere-se a uma grande produção com uso de tecnologias agrícolas de última geração, ocorrendo o uso de substâncias químicas como potencializador da lavoura e redução de pragas, com intuito de uma margem maior no lucro e menos perdas do produto, já o modelo extensivo faz uso de meios mais rudimentares, buscando sempre uma produção sem desestruturar o solo, fazendo o controle de pragas através de alternativas ecológicas, no qual a produção é voltada para uma agricultura familiar e interna.

No entanto, a geografia não se retém apenas a isso, pois ela aborda também as relações entre a terra e o camponês, as culturas transferidas por gerações, para com o cultivo do próprio alimento, as lutas do trabalhador rural que não possui uma terra, mas que tem suas raízes no campo, em busca dos direitos previsto por lei do direito à terra. Sendo o ensino de geografia possibilitador de compreender a organização espacial, demonstrando-se que:

Um ensino de geografia que se pretende integrador deve levar em conta essa complexidade da realidade do campo brasileiro, articulando em sua dinâmica as particularidades e especificidades do lugar, sem desconsiderar as interconexões das escalas, ou seja, compreender o lugar é, antes de tudo, pensá-lo como uma totalidade constituída por espaços e tempos locais e globais. (DAVID, p. 44, 2010).

O assentamento P.A Costa Rica, objeto de estudo desta pesquisa se encaixa na segunda forma de produção, o modelo extensivo. As famílias residentes fazem o cultivo de uma variedade de espécies, utilizam ferramentas acessíveis, e produzem para subsistência, com uso de mão de obra familiar, com vendas interna e o excedente de forma externa para fins de complementação de renda.

Os assentados também têm suas trajetórias marcadas pela luta ao direito a terra, buscando um pedaço para plantar, criar, morar. É a grande maioria filhos de pais camponeses, nascidos no campo, que sempre viveram da terra, mas que nem sempre tiveram a sorte de possuir uma, em que quase sempre seus ancestrais trabalhavam a meia, dividindo seus lucros e sua produção com o proprietário da terra.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização do trabalho, conclui-se que as atividades agropecuárias realizadas no assentamento P.A Costa Rica tem uma grande importância para a permanência das famílias assentadas, influenciando diretamente nas qualidades de suas vidas, sendo uma principal fonte de renda. Essas culturas influenciam diretamente no município, gerando empregos, e possibilitando uma alimentação saudável a população. Os benefícios destas práticas ultrapassam também as barreiras físicas, tornando-se um fator de relevância para com a parte social do município, gerando inclusão social do trabalhador rural no mercado de trabalho, no comércio local, dando autonomia às famílias produtoras de viverem de suas produções, conseqüentemente contribuindo para que não cresça ainda mais o êxodo rural do local.

O presente trabalho obteve sucesso no qual trouxe discursões sobre questões ocorrentes no campo, em específico ao assentamento analisado, no qual foram abordados assuntos como a importância dos assentamentos para as famílias sem-terra, apresentando o valor que a reforma agrária possui para com os trabalhadores rurais, apontando como estes assentamentos são o território de vida para o trabalhador rural sem-terra.

A decorrer do trabalho foi possível concluir e revelar as lutas travadas no cotidiano das famílias sem-terra que tenta ocupar um lote para moradia e sustento. A pesquisa também alcançou a trajetória de criação do assentamento, indo até os dias atuais, por meio das entrevistas, identificando o perfil das famílias assentadas e as atividades realizadas por elas no assentamento.

Este trabalho teve como foco expor a importância das atividades agropecuárias no assentamento P. A Costa Rica, no município de Wanderlândia-TO, e seus aspectos produtivos, sociais, culturais na dinâmica do processo de qualidade de vida das famílias assentadas, o qual foi alcançado com êxito durante a pesquisa.

No decorrer da pesquisa, ocorreram algumas dificuldades como: a falta de apoio e informação por parte do setor responsável pela agricultura municipal, a locomoção até o assentamento para pesquisa de campo e localizar as moradias das famílias no primeiro dia de pesquisa.

Percebe-se que o assentamento sofre com algumas situações por parte de uma ausência do governo, que do ponto de vista estrutural é o maior problema dos assentados: a falta de políticas públicas no local, ausência de acompanhamento por parte dos órgãos responsáveis pelo setor agrário, como INCRA, RURALTINS, que deixam muito a desejar, deixando o assentado carente de informações. Esta ausência ainda coopera também para com as práticas ilegais de venda das parcelas, que é proibido perante lei, além do mais, essa escassez de informações referente ao crédito agrícola, deixam os moradores estagnados, sem perspectivas em algumas situações, com o sonho de expandir as criações e os lucros, sem saber como ter o acesso a esse capital disponível a eles.

Sem esse direcionamento há a redução nas opções de criação e cultivos dos trabalhadores, pois sem conhecimento de manejos com determinadas atividades, acabam desistindo destas, pelo motivo de não conseguirem alcançar certo retorno do investimento aplicado nestas atividades inéditas. Os poderes municipais também deixam a desejar em alguns aspectos referentes ao assentamento, como a falta de projetos voltados ao escoamento da produção do local e a falta de infraestrutura das vicinais, de algumas partes do assentamento.

Para que sejam solucionados os problemas presentes no assentamento, é preciso que haja uma devida fiscalização na parte governamental, pressionando os órgãos competentes a acompanhar regularmente o local, e que seja aplicada então políticas públicas no intuito de instigar melhorias de vida para os trabalhadores, a criação de micro cursos voltados aos manejos de animais e cultivos das espécies seria então um forte incentivo à expansão das produções locais. A cobrança do governo precisa ser feita pela própria prefeitura do município, sendo ela o órgão mais próximo a reconhecer a realidade do assentamento.

Uma outra atitude que iria estimular os moradores a ampliar parcialmente suas produções, seria então a instalação de projetos voltados ao escoamento aplicado pela gestão municipal como: a criação de uma cooperativa, fornecendo assistência técnica e gerando saída dos produtos produzidos.

## 5. REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, Sônia M; NORDER, Luiz A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

DAVID, Cesar **O ensino de geografia nas escolas do campo: subsídios para uma prática integradora**. In. In. MATOS, Kelma do Socorro Lopes (org). *Experiências e Diálogos em Educação do Campo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FABRINI, João E; LUZ, Juan A.S; LACERDA, Celso L. de. **A Importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar- PARANÁ**. Revista Nera, 2012, Paraná. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1585>. Acesso em: 02 de março de 2022.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **O Brasil em face de conflitos e violências agrárias**. Revista Franco- Brasileira de Geografia, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/21168>. Acesso em 7 de março de 2022.

GOSCH, Marcelo Scolari. **A criação dos assentamentos rurais no Brasil e seus desafios: algumas considerações sobre cerrado goiano**. Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/34177/27601>. Acesso: 10 de maio de 2022.

GONÇALVES, Denival de Lira. **A Importância da educação ambiental enquanto instrumento de sustentabilidade em projetos de assentamento agroextrativistas na Amazônia paraense**. UFRA Campus Belém-PA, 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/camaer2016/30803-a-importancia-da-educacao-ambiental-emquanto-instrumento-de-sustentabilidade-em-projetos-de-assentamento-agroextra/>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

LEITE, Sérgio et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** , São Paulo: Editora UNESP, 2004, 258p.

LOPES, Alberto Pereira. **Depois da Terra, o desafio de permanecer: O assentamento Muricizal – Muricilândia (TO).** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2001, 4,106p.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no norte do Estado do Tocantins: vidas fora do compasso.** Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05022010-094122/pt-br.php>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

MARTINS, José de Souza. Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia Legal. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, 1980, 104p. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9751>. Acesso em 17 de fevereiro de 2022.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. *Revista Nera*, 2006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445/1422>. Acesso em 31 de janeiro de 2022.

PONTUSCHKA, Nídia N.; PAGANELLI, Tomoko I.; CACETE, Núria H. **Para ensinar e aprender Geografia.** São Paulo: Editora Cortez, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** São Paulo, Editora Expresso Popular, 2011.

STAEVIE, Pedro M. **Reforma agrária e os impactos regionais dos assentamentos rurais no desenvolvimento Socioeconômico o caso brasileiro.** *Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima*, nº 9, 2005. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/1011>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.

## 6. APÊNDICES

### **Entrevista (perguntas da entrevista):**

- Origem das famílias assentadas, lugar, região?
- Antes do assentamento qual o trabalho que faziam?
- Tamanho da área total da fazenda?
- A luta para adquirir a fazenda, houve conflitos?
- Tamanho da gleba por família?
- Ano da criação do assentamento?
- Números de família?
- Quantas famílias são da época da criação do assentamento?
- O processo produtivo, o que produzem , para quem? O modelo é de agricultura familiar e para subsistência?
- A comercialização dos produtos?
- A produção é suficiente para a vida do assentamento?
- Pretende permanecer no assentamento?
- As famílias moram no assentamento?
- A família tem outras residências fora do assentamento?
- Qual a renda principal dos membros da família?
- Qual o lazer das famílias?